

## Brasil na Encruzilhada: os ODS, as crises e o impacto da COVID-19

Inesc - Ana Cernov e Iara Pietricovsky<sup>1</sup>

### Introdução

A pandemia de COVID-19 obrigou o mundo a interromper suas rotinas, repensar cadeias produtivas e modos de consumo. Forçou pessoas e empresas a repensar o dia-a-dia, o trabalho e a produção, e governos a reorganizar processos decisórios e orçamentos a fim de responder aos impactos trazidos pela nova doença. Colocou ainda uma parcela da população na linha de frente de luta contra a pandemia, na figura dos trabalhadores essenciais da saúde e demais setores assim classificados; mas sem lhes garantir condições mínimas de segurança e saúde, e sem garantir às sociedades respostas coletivas à altura do desafio que enfrentamos. Há governos respondendo melhor que outros, mas o que vemos é a sociedade civil mobilizada por um remédio à essa crise, no Brasil e no mundo, apoiando a população que está nas situações mais vulneráveis e buscando soluções de curto, médio e longo prazo.

O principal efeito da pandemia (e da falta de preparo para responder a ela) é a perda de vidas. Até 10 de maio de 2020, o novo coronavírus havia sido o responsável pela morte de mais de 280 mil pessoas no mundo todo, em números certamente reduzidos dada a subnotificação de casos e as dificuldades de acesso à testagem. Mas há também efeitos socioeconômicos dessa crise e que requerem ações imediatas, coordenadas e tendo como motor a manutenção da vida e a garantia dos direitos humanos.<sup>2</sup> Temos acompanhado as intensas pressões que setores econômicos têm feito sobre seus governos para reabrir a economia e permitir atividades não-essenciais nos comércios, indústrias e serviços. Ainda que esse anseio pela retomada da “vida normal” não corresponda à realidade. As pessoas sairão de suas quarentenas transformadas por essa experiência, mas não só isso: o mundo que as espera, após o controle da COVID-19, é outro.

Os cálculos realizados pelas agências da ONU indicam que, em virtude da pandemia, a economia global deve encolher [cerca de 3%](#) em 2020, o comércio internacional deve cair entre [13 e 32%](#) e o desemprego deve afetar um adicional de mais [25 milhões de pessoas](#), em estimativas conservadoras. Esses dados podem ser complementados com o estarrecedor número apontado pela Oxfam Internacional em seu novo estudo “[Dignidade, não Indigência](#)”: que levanta a possibilidade de que mais de 500 milhões de pessoas poderão passar a viver abaixo da linha da pobreza, e o cenário se mantém semelhante nos cálculos para as diferentes referências de linha da pobreza: US\$ 1.90, US\$ 3.20 e US\$ 5.50.

Na América Latina, as [projeções](#) da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) para a região seguem a mesma tendência. Fatores domésticos e os novos fatores

---

<sup>1</sup> Com agradecimentos especiais a Nathalie Beghin, Cleo Manhas e Carmela Zigoni da equipe do Inesc pela leitura e sugestões.

<sup>2</sup> Quando nos referimos a direitos humanos é no sentido amplo de abarcar direitos civis e políticos, e também os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, como moradia, saúde, educação, políticas sociais, trabalho, água e saneamento, alimentação, direito à vida e acesso à justiça.

trazidos pela COVID-19 devem levar a região à sua pior recessão desde 1914 e 1930. E a previsão é de que, em 2020, estas economias decresçam 5.3%, que o desemprego aumente 3.4% (28.7 milhões de pessoas adicionais) para chegar a um total de 34.7% da população regional, cerca de 214.7 milhões de pessoas, o que conseqüentemente levaria ao aumento da pobreza, chegando a um total de 83.4 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza extrema (US\$1.90). Esse cenário é ainda mais aterrador para as mulheres, indígenas, afrodescendentes, trabalhadores/as informais e migrantes, que sofrem os efeitos da sobreposição das desigualdades sociais, de gênero, étnico-raciais e migratórias que se interseccionam e são tão características da região. Para esses grupos, muitas vezes retomar a vida normal significa sobreviver em um contexto de violências e violações sistemáticas de direitos.

O Brasil não é diferente. Mas acrescido ao contexto latino-americano no qual se encontra, o país ainda tem que lidar com uma conjuntura de múltiplas crises que têm convergido nos últimos anos. A mais recente delas sendo a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência e os impactos negativos de seu governo sobre a proteção dos direitos humanos e promoção do desenvolvimento sustentável. Talvez o país estivesse um pouco melhor preparado para enfrentar a pandemia caso tivesse eleito alguém que acredita que a pandemia não é uma “gripezinha”; mas os efeitos das medidas de austeridade colocadas em prática nos últimos anos iriam cobrar sua fatura de qualquer forma.

Os cortes no orçamento para políticas sociais se intensificam ainda durante o governo Dilma Rousseff (2011-16), em 2015, e foram agudizados em 2016, a partir do início do governo Michel Temer. Temer se aproveitou da limitada duração de seu governo (2016-18) para tomar decisões consideradas impopulares, incluindo a criação de um teto para gastos públicos não financeiros, a Emenda Constitucional 95/2016, em vigor até 2036<sup>3</sup>. A partir da aprovação da EC, o orçamento federal de um ano é calculado com base nas despesas do ano anterior corrigidas pela inflação, o que na prática reduz a capacidade de efetivação de direitos, ainda mais com uma população que cresce. Esse teto de gastos foi amplamente denunciado [nacional](#) e internacionalmente, causando reações até mesmo do Conselho de Direitos Humanos da ONU, por meio de declarações de seus [especialistas independentes](#). Durante a pandemia, uma coalizão de 192 organizações da sociedade civil, movimentos sociais e instituições acadêmicas [protocolou](#) junto ao STF um [documento](#) mostrando que cenário atual requer que a medida de austeridade seja suspensa imediatamente para dar condições ao estado brasileiro de enfrentar a COVID-19 e seus impactos.

Outra reforma encaminhada pelo governo Temer em 2017 fragilizou a proteção aos trabalhadores/as e portanto, fragilizou - como o teto de gastos - a resposta possível do país à pandemia. As mudanças na legislação trabalhista flexibilizaram contratos, retiraram

---

<sup>3</sup> A emenda foi considerada inconstitucional e antidemocrática por muitos especialistas ao colocar em risco a autonomia entre os poderes, na retirada de decisões acerca do orçamento público federal do Congresso. O escritório do Procurador-geral da República chegou a emitir [parecer](#) contrário.

direitos e obviamente não reduziram o desemprego<sup>4</sup>. Temer também tentou aprovar uma reforma da previdência mas somente em 2019, já no governo Bolsonaro, é que uma versão dela foi aprovada no Congresso. Essas reformas (as medidas de austeridade, o teto de gastos de 2016, a reforma trabalhista de 2017 e a reforma da previdência de 2019) acabaram por precarizar ainda mais a relação de uma parcela da população com o estado brasileiro. As políticas sociais deixaram de ser custeadas no mesmo padrão anterior, quando já eram insuficientes; no trabalho, os sindicatos foram enfraquecidos e nas negociações trabalhistas, empregadores passaram a ter maior poder de barganha sem obrigatoriedade de cumprir garantias previstas nos contratos formais pré-reforma; e, a precarização das relações de trabalho vem levando à redução das contribuições previdenciárias, colocando em cheque a justificativa para a reforma<sup>5</sup> e alimentando a espiral de perda de direitos para os cidadãos. E nem mesmo a crise sanitária barrou a [decisão](#) do governo Bolsonaro de flexibilizar ainda mais a legislação trabalhista, permitindo redução de salários e demissões.

Em 2019, sob a justificativa do equilíbrio das contas públicas, mais direitos foram sacrificados com os [contingenciamentos](#) no orçamento público que chegaram a R\$ 31,225 bilhões e com a busca de obtenção de receitas extraordinárias com o preparo de privatizações sem levar em conta os interesses públicos sobre o patrimônio da União e os recursos naturais.

Mas para entender melhor como esses cortes e ajustes afetam a capacidade do Estado em custear direitos e fomentar justiça social, é necessário se debruçar sobre o orçamento público para ver se a alocação de fundos corresponde às promessas de governantes e se a arrecadação não reproduz e exacerba desigualdades. Em função disso é que, desde o início da década de 1990, o [Inesc](#) vem trabalhando com os orçamentos, tendo desenvolvido uma metodologia própria de análise em 2004 e que vem sendo aperfeiçoada com o uso. Essa metodologia prevê que um orçamento público só pode fomentar a garantia de direitos se atender a cinco critérios: 1) o financiamento do estado é feito com justiça fiscal, por meio de um sistema tributário progressivo; 2) utiliza o máximo de recursos disponíveis; 3) investe na realização progressiva dos direitos humanos, por meio de políticas públicas universais e inclusivas; 4) preza pela não discriminação, para reduzir desigualdades; e 5) conta com participação popular, assegurando transparência e controle social em seu processo.

É a partir da [metodologia Orçamento e Direitos](#) e da [Análise do Orçamento brasileiro de 2019](#) feita pelo Inesc que o cumprimento dos compromissos do Brasil perante os Objetivos

---

<sup>4</sup> Para análise sobre a reforma trabalhista, veja Relatório luz do Inesc de 2019, item ODS 8. <https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2019/07/Port-INESC-SW-2019-Brazil-Spotlight-Report-vf.pdf>

<sup>5</sup> A reforma da previdência foi debatida e aprovada sob a premissa de que a Previdência brasileira é deficitária e um obstáculo ao ajuste fiscal buscado pelo governo. Desse modo, seria necessário reformá-la para cortar gastos, corrigir distorções e adaptar o sistema para uma população que envelhece. Parte do argumento do governo em favor dessa reforma era de que seria possível economizar em 10 anos o montante de R\$ 855 bilhões. Mas com o aumento do desemprego e da informalidade, a conta sobre a economia que pode ser feita perde o sentido, passando a ser só um cálculo hipotético.

de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU será avaliado. Essa análise foi realizada organizando os dados nas seguintes áreas: saúde, educação, direito à cidade, políticas socioambientais, criança e adolescente, igualdade racial, mulheres e indígenas. Portanto, sem abarcar a totalidade das metas e objetivos da Agenda 2030, mas mostrando de forma bastante clara a falta de compromisso com a garantia da implementação de políticas públicas nas áreas relacionadas aos ODS.

## **Brasil e a Agenda 2030 em 2019**

Se em tempos de maior tranquilidade e prosperidade, registrar avanços nos compromissos brasileiros diante da Agenda 2030 já seria um grande desafio, em meio à pandemia da COVID-19 e o segundo ano do governo de Jair Bolsonaro, torna-se um exercício desanimador. Está claro que seu gabinete é inapto e que seu grupo de apoiadores, [um terço da população](#), se comporta como se estivesse em campanha eleitoral. A situação política é tão tensa que, diferentemente de outros países, não houve debate público para avaliar a aprovação ou não de políticas sociais<sup>6</sup> implementadas em resposta à pandemia. No Brasil se discute aprovação ao presidente, aprovação a seus desafetos e caminhos para que a agravada crise política termine com um impeachment ou cassação de sua chapa eleitoral.

No processo de revisão dos ODS nos últimos anos, o Brasil abandonou muitos de seus compromissos, especialmente desde o início do governo Bolsonaro. Portanto, foi surpreendente verificar que na [Cúpula dos ODS](#) em 2019, dentre 100 países, o Brasil ofereceu um compromisso adicional específico - reduzir a mortalidade prematura causada por doenças não transmissíveis para  $\frac{1}{3}$  em 2030 (Meta 3.4). Foi uma ação inesperada porque não há transparência com relação às ações do governo federal no âmbito da Agenda 2030. Os canais governamentais voltados à disseminação dela e dos ODS estão todos desatualizados ou fora do ar<sup>7</sup>, com exceção do portal de monitoramento ODS Brasil, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Secretaria de Governo do governo federal. Além do que, o famigerado [Decreto nº 9.759/2019](#), publicado em abril de 2019, extinguindo e limitando a criação de órgãos colegiados no governo federal, extinguiu também o [Conselho Nacional dos ODS](#), que havia sido criado em 2016.

Para monitorar os objetivos e metas da Agenda 2030, é necessário possuir dados de qualidade e que possam ser utilizados pela ONU na fotografia do progresso da agenda no âmbito global. Mas os produtores de dados no governo - IBGE, IPEA, entre outros, estão sob ataque e impedidos de realizar seu reconhecido trabalho. Há relatos de intimidação de pesquisadores, mudanças no Censo Demográfico 2020 - [contra recomendações](#) de

---

<sup>6</sup> Em muitos países, políticas sociais que outrora não teriam tido apoio público, estão sendo discutidas e chanceladas pela maioria da população. No Japão, a renda emergencial, o controle de aluguéis no Reino Unido, a nacionalização dos transportes e da indústria farmacêutica na França, o uso de hotéis para acomodar população em situação de rua no Canadá, entre outros. Fontes de Ben Phillips em suas redes sociais.

<sup>7</sup> Por exemplo, o site do Ministério das Relações Exteriores possui um texto padrão sobre as ODS, a informação da criação da Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS) de 2016 e notícias de atividades realizadas com a participação de representação brasileira até 2017; o texto mais recente é sobre a Agenda 2030, atualizado em 2019, mas claramente de 2017, editado apenas para retirar o link ao relatório preparado pelo governo à época.

especialistas, aumento da opacidade com descumprimento da Lei de Acesso à Informação. Houve ainda uma tentativa de sua flexibilização, incluída no decreto de emergência aprovado em 23 de março em resposta à pandemia ([MP 928/2020](#)), mas [derrubada](#) alguns dias após pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Há também falta de vontade política em responder à altura à crise sanitária e tantas outras presentes no Brasil. O *modus operandi* de Jair Bolsonaro não mudou com o novo coronavírus. Seu governo permanece cuidando de interesses privados e apostando na erosão das instituições para que seu grupo político possa seguir destruindo legislações de proteção, cortando gastos em áreas cruciais e desmontando os mecanismos de participação social previstos na Constituição Federal, como a extinção de conselhos. Planos nacionais e resoluções de conferências nacionais pactuadas com a sociedade civil foram ignoradas pelo governo e o novo [Plano Plurianual](#) (2020-23) foi elaborado sem participação social alguma. No âmbito dos estados e municípios, lideranças políticas locais estão tomando para si a gestão e resposta à crise sanitária. Essa movimentação de governadores, prefeitos e legisladores subnacionais tem produzido resultados menos trágicos que os do governo federal no controle da pandemia e também mexido com o tabuleiro político do país em ano de eleições<sup>8</sup>. Essa é uma dinâmica que também se observa na [localização da Agenda 2030](#) com boas experiências de diálogo e participação da sociedade civil.

Perante esse cenário, é urgente que o funcionamento do poder público esteja ao alcance de cidadãos comuns para que possam acompanhar a discussão de ideias, a geração de soluções, o desenho de políticas públicas, sua aplicação adequada e seu monitoramento. Não por acaso, uma cantora brasileira entre as mais influentes do mundo nas redes sociais, está se aproveitando desse *status* para realizar encontros online sobre Política e Estado. Nesse espírito é que o Inesc compartilha sua metodologia e sua [análise do orçamento público em 2019](#), para que seja uma ferramenta de luta política por direitos. Olhar a situação dos ODS a partir do seu financiamento permite demonstrar o que a sociedade civil vem denunciando há muito tempo: que a proteção de direitos humanos não é prioridade para o governo federal. Mas também mostra que há outros caminhos a seguir e que os retrocessos em matéria de justiça social, apesar de desastrosos, podem ser contornados.

Para a revisão temática do progresso dos ODS que acontecerá no [Fórum Político de Alto Nível](#) (HLPF na sigla em inglês) de 2020, os objetivos foram combinados em 6 grandes eixos - para efeitos do programa do encontro online e também para guiar os debates, a partir do reconhecimento da importância do olhar interligado para os objetivos (vide quadro no anexo 1). Seguiremos esse roteiro para discutir o impacto que a atual política orçamentária no Brasil e o teto de gastos causaram na atenção às políticas públicas, especialmente suas obrigações constitucionais e os compromissos acordados pelo país junto à comunidade internacional com a Agenda 2030, da qual o país foi um grande articulador.

### **Revisão Temática dos ODS proposta para o HLPF de 2020**

---

<sup>8</sup> Em outubro de 2020, os brasileiros irão às urnas para eleger prefeitos, vice-prefeitos e vereadores em todos os 5.570 municípios do território nacional.

- **Promoção do bem-estar humano, particularmente o fim da pobreza.**

Esse eixo concentra sua análise em acordos e sinergias possíveis relacionadas à melhoria do bem-estar das pessoas, mais particularmente em relação à luta contra pobreza em todas as formas e dimensões. Os ODS que mais se aproximam são: ODS 1 - Erradicação da Pobreza, ODS 4 - Educação de Qualidade, ODS 6 - Água Potável e Saneamento, ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes e ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação.

Dentro dos objetivos incluídos nesse debate para o HLPF, os dados disponíveis não englobam sua totalidade e nem sempre contam com informação atualizada ou comparável para o período de revisão das ODS de 2016 a 2030. Sabemos que no cálculo do IPEA, o percentual da população vivendo abaixo da linha internacional da pobreza extrema (US\$1,90 per capita por dia) era de 6.6% em 2016 e 7.4% em 2017, cerca de 15 milhões de pessoas. “Considerando o patamar observado em 2017, em média, o Brasil precisará reduzir a pobreza extrema em algo entre 0,3 p.p. e 0,4 p.p. por ano para atingir o objetivo de erradicação em 2030.”<sup>9</sup> Segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS), do IBGE, para o ano de 2018, 73% das pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza são negras, evidenciando a persistência do racismo no Brasil. Acesso a água e saneamento (ODS 6) ainda é um problema de relevância no país uma vez que, 38 milhões de brasileiros não tem acesso à água potável, cerca de 48% da população não têm acesso à coleta de esgoto e apenas 46% do esgoto coletado sendo tratado, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento ([SNIS 2017](#)).

No tocante ao tema da educação “quase todas as metas do ODS 4 foram previstas por ações de governo que estão em curso nos âmbitos federal, estadual e municipal (...). “Das dez metas do ODS 4, sete foram previstas pelo Plano Nacional de Educação também.”<sup>10</sup> Os enormes desafios nessa área foram apontados pela especialista Cleo Manhas, do Inesc, em relatório de 2019: “Houve avanço significativo na primeira etapa do ensino, que praticamente universalizou a oferta de vagas, mas com relação ao ensino médio o país ainda está bem longe de atingir as metas necessárias para atender aos ODS.”<sup>11</sup> Em todas as análises feitas, aponta-se a importância do Plano Nacional de Educação (PNE) como carta guia de ações mais ambiciosas do que o posteriormente acordado nos ODS. E mais: o PNE é fruto de ampla luta de movimentos sociais, que puderam garantir avanços importantes.

Mas é preciso verificar como o governo brasileiro está se preparando para atender os acordos celebrados nacional e internacionalmente. Em relação à educação, o Inesc se debruçou sobre os dados orçamentários para o ano de 2019 e o resultado é desanimador. O exame revela que os cortes orçamentários associados ao teto de gastos imposto pela EC

---

<sup>9</sup> IPEA. Caderno ODS 1, 2019. página 8. Disponível em:

[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190524\\_cadernos\\_ODS\\_objetivo\\_1.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190524_cadernos_ODS_objetivo_1.pdf)

<sup>10</sup> IPEA. Caderno ODS 4, 2019. página 6. Disponível em:

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190711\\_cadernos\\_ODS\\_objetivo\\_4.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190711_cadernos_ODS_objetivo_4.pdf)

<sup>11</sup> Cleo Manhas. “Educação- ODS 4 e Plano Nacional de Educação, uma conexão necessária”, 2019,

[https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2019/07/Inesc\\_ODS-4\\_Mar%C3%A7o-2019.pdf](https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2019/07/Inesc_ODS-4_Mar%C3%A7o-2019.pdf)

95/2016 impedem o Brasil de atender seus compromissos domésticos com o Plano Nacional de Educação (2014-24) e por consequência as metas do ODS 4 que se sobrepõe, e em todos os níveis, da creche à pós-graduação.

O compromisso nacional era de garantir que a educação tivesse financiamento equivalente a 7% do PIB em 2019 e 10% em 2024, o que não foi cumprido e nem deve ser no futuro próximo sem uma mudança de rumo, já que os recursos vêm sendo sistematicamente reduzidos. Além disso, o [Fundeb](#), fundo criado em 2016 para garantir investimentos na educação básica, vence em 31 de dezembro de 2020 e seu substituto ainda não foi operacionalizado. Há uma nova proposta circulando no Congresso, mas que sem a garantia de continuidade aprovada em tempo, deixa incerto o futuro do financiamento da educação básica, prejudicando em especial os estados com menor arrecadação e ampliando desigualdades. Impossível alcançar uma educação de qualidade e inclusiva nesse cenário de austeridade fiscal.

“Além do total de recursos destinados à política pública, é preciso analisar também a forma como a atual gestão pensa em executá-los, pois o que temos visto são propostas tais como ‘vouchers’ para a educação infantil; Parceria Público Privada (PPP) para as universidades, com o programa “Future-se”; e inclusão de critérios de desempenho para recebimento de mais recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), privilegiando os privilegiados, uma vez que os dados mostram que as regiões mais pobres apresentam piores índices de rendimento. E, ainda, a disputa por recursos entre saúde e educação, caso o Congresso Nacional aprove a Proposta de Emenda Constitucional do Pacto Federativo”<sup>12</sup>, [PEC 22/2019](#) ainda em tramitação. Não por acaso, os maiores protestos de 2019 foram em defesa da educação.

Na educação, é muito clara a influência positiva que a participação da sociedade civil teve nas conquistas alcançadas. As metas do PNE são mais ambiciosas que as metas do ODS 4 porque houve muita pressão social para isso. Com a extinção em 2019, pelo governo federal, de instâncias colegiadas entre governo e sociedade, a partir da MP 870/2019 e do decreto 9759/2019, essa participação que tanto contribuiu para a realização progressiva de direitos está minada. Não há diálogo e muito menos gestão democrática das políticas educacionais. E o mesmo ocorre em outras áreas.

Para cumprir as metas do ODS 16, Paz, Justiça e Instituições Eficazes, é necessário reduzir a violência, ocorrência de crimes e garantir acesso à justiça a todos/as, mas também é preciso assegurar a participação e o controle social (meta 16.7) e o acesso público à informação (meta 16.10). Além do decreto 9759/2019 que extinguiu conselhos e instâncias de participação pública na gestão federal em 2019, os pedidos feitos via Lei de Acesso à Informação (LAI) têm sido ignorados sem consequências para o governo. Na contramão dos esforços por transparência, contidos nesse objetivo 16, muitas informações foram retiradas das páginas dos órgãos do governo durante 2019, tornando bastante difícil

---

<sup>12</sup> Inesc. O Brasil com Baixa Imunidade - Balanço do Orçamento Geral da União 2019. abril de 2020. <https://www.inesc.org.br/obrasilcombaixaimunidade/> página 68

entender a atuação do governo numa determinada área, como por exemplo a própria Agenda 2030. Com a chegada da epidemia da COVID-19, aproveitou-se para incluir na medida provisória 928, a retirada da obrigatoriedade de oficiais de governo em responderem aos pedidos feitos via LAI durante o período de calamidade pública. Esse item da MP foi barrado pelo STF, mas a ameaça permanece no ar. Não é a primeira tentativa de aumentar a opacidade da atuação do governo federal. Qualquer medida que prejudique a transparência, prejudica a implementação de todos os ODS e deve ser foco de preocupação, ainda mais em um governo que desdenha da defesa de direitos, em discursos e na prática.

**- Acabar com a fome e alcançar a segurança alimentar para todos(as).**

Este eixo aborda políticas relacionadas ao fortalecimento dos meios de subsistência das pessoas vivendo em situação de pobreza, garantindo sistemas de produção de alimentos sustentáveis e saudáveis e melhorando a vida de todos. Os ODS mais próximos são: ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável, ODS 3 - Saúde e Bem-estar e ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação.

O Brasil é um grande produtor agrícola e também grande exportador; contudo, é o país que mais consome agrotóxicos no mundo em números absolutos. São cerca de [sete litros por pessoa](#) ao ano, se o cálculo do consumo for extrapolado para a população. No mesmo período de um ano, o uso de pesticidas registrou cerca de 70 mil casos de intoxicações crônicas e agudas. Esse cenário tende a se agravar com a liberação de novos agrotóxicos no país. É bastante preocupante que em 2019, o Brasil registrou o maior número de agrotóxicos liberados pelo governo federal desde 2005: foram 474 produtos, com uma parcela significativa de itens que são proibidos em outros países em razão dos riscos de seu uso. Mesmo assim, o governo tem tomado medidas para acelerar e flexibilizar a aprovação de outros produtos. Em 2020, já foram registrados 128 produtos novos, não respeitando nem mesmo a quarentena, já que a aplicação de agrotóxicos faz parte da lista de atividades consideradas essenciais para o governo brasileiro.

A narrativa do governo Bolsonaro, que tem entre os representantes do agronegócio parte importante de sua base aliada, é de que a liberação de mais produtos aumenta a concorrência, diminui o preço dos produtos agrotóxicos e faz cair o custo da produção. Como parte do aceno aos aliados, em fevereiro de 2020, o Ministério da Agricultura publicou uma [portaria](#) determinando autorização automática de agrotóxicos pela Secretaria da Defesa Agropecuária caso o produto não seja avaliado no período de 60 dias. A análise feita pela secretaria é a última etapa do processo de aprovação dos agrotóxicos, que também precisam passar pelo crivo do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Saúde. Antes da portaria, o prazo do órgão era de 120 dias. A medida, que passou a valer a partir de abril, preocupa especialistas. Isso porque ela retoma parte das demandas do agronegócio contidas em um projeto de lei de 2002, que vem tramitando no Congresso desde então e que propõe transferir o poder de aprovação dos agrotóxicos para o Ministério da Agricultura, tornando a Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Ministério do Meio Ambiente apenas órgãos consultivos. Eliminar as complexidades dos processos de aprovação nas áreas da saúde e do meio ambiente só aumentará os riscos da utilização



desses produtos para quem trabalha na lavoura, mas também para quem consome esses alimentos produzidos.

Mesmo com um enorme produção agrícola e capacidade de alimentar bem sua população, o Brasil está correndo o risco de voltar a figurar no [Mapa da Fome](#) elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). A publicação anual registra a prevalência de subalimentação na população de cada país. Em 2014, o Brasil conseguiu o feito de [sair](#) do Mapa Mundial da Fome. A [organização](#) considerou dois períodos distintos para analisar: de 2002 a 2013 e de 1990 a 2014. Segundo os dados analisados, entre 2002 e 2013, caiu em 82% o número de brasileiros em situação de subalimentação e entre 1990 e 2014, o percentual de queda foi de 84,7%. Sua metodologia mostrou que nos dois períodos o percentual estava abaixo de 5% no Brasil.

Para conseguir reduzir a fome de forma tão drástica foi necessário implementar políticas de segurança alimentar e nutricional e apoiar a agricultura familiar. Parte desse esforço foi a [criação](#) do Consea - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em 1993 e sua [recriação](#) em 2003. A instância consultiva, composta por dois terços de representantes da sociedade civil e um terço de representantes governamentais, tornou-se não só referência na luta pela segurança alimentar, mas também pelo seu uso estratégico do espaço de participação e controle social. “A atuação do Consea é reconhecida nacional e internacionalmente, a exemplo de sua participação ativa para a inclusão do direito à alimentação como um dos direitos sociais contemplados pelo artigo 6º da Constituição Federal.”<sup>13</sup> Mas nem seu prestígio nacional e internacional, nem o fato de que a fome parece estar voltando ao Brasil, conseguiram salvar o Consea, que foi extinto pelo governo Bolsonaro junto a outros espaços de participação pela MP 870/2019. Justo quando ele seria mais necessário, em um momento de crises exacerbado pela pandemia.

Em [entrevista](#), o ex-diretor da FAO, o brasileiro José Graziano da Silva (2012-19), declarou a respeito do país: “Antes da pandemia, quando ainda estava na FAO, fizemos um cálculo que apontava que, se não houvesse reversão da tendência, voltaríamos ao Mapa da Fome. O aumento do desemprego em função da crise e a redução dos programas sociais — vista no aumento da fila do Bolsa Família — poderiam trazer a fome de volta ao país. Nossos cálculos sugeriam que provavelmente o Brasil voltaria ao Mapa da Fome ao fim de 2021. Mas com a recessão mundial, acentua-se a perspectiva de um crescimento nulo ou mesmo decréscimo neste ano de 2020. Se isso acontecer, sem que haja qualquer ação para recuperar os investimentos em programas sociais, o Brasil corre o risco de voltar *[ao Mapa da Fome]* já no fim desse ano”.

O país alcançou avanços importantes a partir das políticas contra fome e de valorização de pequenos produtores rurais; mas para barrar os retrocessos que estão soando os sinais de alerta, seria necessário agir e reativar as políticas que obtiveram sucesso em décadas anteriores, principalmente no período entre 2002 e 2014.

---

<sup>13</sup> Instituto Alana. Nota em Defesa do Consea. 28/01/2019, disponível em: <https://criancaeconsumo.org.br/noticias/em-defesa-do-consea/>

No momento que atravessamos, está cada vez mais clara a importância do investimento nos sistemas públicos de saúde. O Brasil é um dos poucos países do mundo em desenvolvimento que conta com um sistema público de saúde, de acesso universal e gratuito - o Sistema Único de Saúde (SUS), instituído pela Constituição em 1988. Justamente na hora em que esse sistema mais precisa de recursos disponíveis para lidar com uma crise sanitária sem precedentes, o orçamento para a saúde no Brasil, que historicamente é insuficiente, teve os recursos para 2019 mantidos como em 2018 e nos mesmos patamares de 2014. A diferença é, que nesse período entre 2014-19, a população brasileira teve um incremento de 7 milhões de pessoas.

“Essa estagnação é bastante preocupante, dado o histórico de insuficiência de recursos destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e as crescentes demandas de saúde. Mas já era esperada, devido à política de austeridade adotada pelo governo federal, em especial a EC 95/2016, que estabeleceu um teto de gastos e mudou a forma de correção do valor mínimo a ser aplicado (piso) em saúde”<sup>14</sup> O impacto disso já seria enorme em outros tempos, em meio a uma pandemia é ainda maior: “O desfinanciamento da saúde limitou a capacidade de uma resposta rápida e eficiente à pandemia da Covid-19, prejudicando principalmente as populações mais vulneráveis, que dependem exclusivamente do SUS.”<sup>15</sup>

Este cenário certamente vai dificultar o alcance das metas estipuladas no ODS 3 - Saúde e Bem-estar. Na Cúpula dos ODS em setembro de 2019, quase cem países anunciaram compromissos específicos para cumprir na Agenda 2030 e o Brasil entrou nesse pacto. Na ocasião, o governo garantiu que empreenderá esforços em “reduzir a mortalidade prematura causada por doenças não transmissíveis para 1/3 em 2030”, a meta 3.4. No entanto as áreas englobadas por essa meta devem passar a pesar mais na saúde pública na medida em que a população envelhece. Em 2016, apenas 12.7% dos brasileiros/as tinham acima de 60 anos, em 2030, a projeção é de que essa faixa etária represente 18.7% da população<sup>16</sup>. Isso, aliado à redução do orçamento voltado para a saúde certamente vai impactar a entrega também desse compromisso.

Nas eleições de 2018, a saúde já era apontada como a principal questão para cerca de 70% dos brasileiros e brasileiras de [todos os estados](#). Em [2016](#), também havia sido apontada como a área mais problemática para a população. O financiamento insuficiente sempre impediu que o SUS pudesse cumprir de forma apropriada sua função social. A pandemia veio reforçar a importância e o valor de se poder contar com um sistema público de saúde. Mas sem a revogação do teto de gastos ou outras medidas drásticas, não será possível atender a garantia do direito à saúde no país, apesar de constar no texto constitucional.

Além disso, durante a pandemia, em 2020, uma parte significativa do orçamento da saúde no país deve ser direcionada a ações relacionadas à COVID-19. Será importante monitorar como esses gastos estão sendo realizados. Esse é um papel importante do Conselho

---

<sup>14</sup> INESC. Página 50

<sup>15</sup> idem

<sup>16</sup> IPEA. Caderno ODS 3, 2019. página 16. Disponível em:

[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190829\\_cadernos\\_ODS\\_objetivo\\_3.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190829_cadernos_ODS_objetivo_3.pdf)

Nacional de Saúde, que diferentemente do Consea e outros, felizmente não foi extinto pela gestão do presidente Bolsonaro por ter sido criado por lei e poderá fiscalizar a execução desse orçamento, ainda que tão insuficiente.

**- Protegendo o planeta e construindo resiliência.**

O foco principal desse eixo é buscar políticas, investimentos e inovação para combater a redução de riscos de desastres e proteger o planeta da degradação. Os ODS que mais se relacionam são ODS 12 - Consumo e Produção Sustentáveis, ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima, ODS 14 - Vida na Água, ODS 15 - Vida Terrestre e ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação.

“As políticas ambientais nunca foram devidamente valorizadas na composição orçamentária federal. Desde que foi criado o Ministério do Meio Ambiente (MMA), sua importância variou de acordo com as correlações de poder da composição dos governos. (...) Mas a inexistência de recursos orçamentários não chegou a ser limitação para várias das políticas bem sucedidas, como as que antecederam o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDam) e prepararam o terreno para a redução dos desmatamentos. Isso porque o MMA sempre contou com significativos recursos de cooperação internacional, que por muitos anos apoiaram ações estruturantes, como as que contribuíram para a criação e organização das instituições estaduais de meio ambiente, objeto de projetos como o Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA), o Subprograma de Política de Recursos Naturais (SPRN); do Programa Piloto para Conservação das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), ou mesmo o Fundo Amazônia, que chegou a flexibilizar regras para garantir apoio às ações de fiscalização ambiental na Amazônia.”<sup>17</sup>

Durante sua campanha presidencial, Bolsonaro declarou que extinguiria o Ministério do Meio Ambiente e acabou recuando após intensa pressão, mas na prática deu seguimento ao esvaziamento do órgão, incluindo seu orçamento. Em 2019, viu-se a “menor execução orçamentária e de menor efetividade da política ambiental por vontade e decisão deliberadas do governo, presidente e ministro à frente”<sup>18</sup> com apenas 0.11% do orçamento geral da união voltado à pasta.

Levando em conta que o principal compromisso internacional brasileiro nesse campo é reduzir e eliminar o desmatamento ilegal da Amazônia até 2030, esse é um péssimo sinal.

Os dados sobre desmatamento na Amazônia para o período de agosto de 2018 e julho de 2019 mostram aumento da perda do bioma dentro de Unidades de Conservação (UCs) na ordem de 35%, o maior índice dos últimos 10 anos e também maior do que a taxa de desmatamento do bioma amazônico em si, que nesse mesmo período viu a perda da cobertura florestal aumentar 30% em relação ao período anterior. Um [estudo](#) das imagens de satélite mostrou ainda que 99% do desmatamento ocorrido no país em 2019 foi de

---

<sup>17</sup> INESC, página 107

<sup>18</sup> idem

forma ilegal.

O pior é que, além de não dedicar recursos suficientes para a proteção da Amazônia e demais biomas brasileiros, mesmo diante do chocante aumento do desmatamento e da violência em torno de áreas protegidas em função do extrativismo ilegal na região, o Ministério do Meio Ambiente e o governo como um todo mantém-se calados. Não há medidas concretas sendo tomadas para reverter esse quadro terrível na região e muito menos orçamento.

- **Garantir o acesso à energia sustentável.**

Esse eixo trata da garantia de acesso a serviços de energia acessíveis, confiáveis e modernos para todos e da promoção de energia sustentável. Os ODS mais proximamente relacionados são: ODS 7 - Energia Acessível e Limpa, ODS 12 - Consumo e Produção Sustentáveis, ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima e ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação.

Nesse eixo que trata de acesso à energia e consumo sustentável supostamente o país se encontra bem posicionado para atingir as metas. Isso porque o Brasil, nos dados, já possuía mesmo antes dos acordos da Agenda 2030 uma matriz energética com alta participação de fontes renováveis, especialmente por conta das hidrelétricas. Em 2017, esse dado ficou em 43.7% e fornecimento de energia chegando a 99.8% dos domicílios.

Mas esses dados mascaram o enorme custo financeiro e social que a produção e distribuição de energia traz para a população no país, principalmente após a privatização do setor na década de 1990. O Brasil possui uma das maiores tarifas energéticas do mundo, fato denunciado amplamente por movimentos sociais como o Movimento de Atingidos/as por Barragens (MAB) que também mostra como as comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas e demais atingidos/as pela construção e operação das barragens no Brasil têm tido seus direitos sistematicamente violados.

Por articulação do MAB, o governo brasileiro estudou, por meio da Secretaria de Direitos Humanos, a implantação de barragens durante um período de 4 anos (2008-2011) e em 2011, concluiu: “Durante os trabalhos da Comissão, ficaram evidentes a relevância e magnitude dos impactos sociais negativos decorrentes do planejamento, implantação e operação de barragens nos casos estudados. Os estudos de caso permitiram concluir que o padrão vigente de implantação de barragens tem propiciado, de maneira recorrente, graves violações de direitos humanos, cujas consequências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual.” ([CDDPH, 2010, p. 12](#)). Em razão das mudanças de governo desde 2016, o relatório final inclusive não se encontra mais à disposição para análise, apenas trechos que foram publicados pelo movimento social.

- **Compartilhar benefícios econômicos, particularmente abordando a desigualdade dentro e entre países, dissociando o crescimento da degradação**

## **ambiental e alcançando o desenvolvimento sustentável para as gerações futuras 17.**

Esse eixo discutirá políticas para enfrentar a desigualdade dentro e entre os países, dissociando o crescimento da degradação ambiental e alcançando desenvolvimento sustentável para as gerações futuras. Os ODS relacionados são: ODS 5 - Igualdade de Gênero, ODS 7 - Energia Acessível e Limpa, ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, ODS 10 - Redução das Desigualdades e ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação.

O cerne desse eixo de análise é a redução das desigualdades, questão central para o Brasil, o 7o país [mais desigual](#) do mundo de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano do [PNUD](#). Mas é também central porque dialoga com todos os outros ODS e traz insumos ao debate sobre a importância da distribuição da renda e da igualdade de oportunidades em detrimento da centralidade do crescimento econômico como forma de avançar justiça social.

Os dados sobre renda e trabalho no Brasil mostram muito claramente quem é o público alvo das medidas de austeridade colocadas em marcha na última década. A medição do [Índice de Gini](#), feita pelo IBGE com dados de 2018, mostrou que o grupo composto pelo 1% mais rico no país viu seu rendimento aumentar 8.4%, enquanto o dos 5% mais pobres, caiu 3.2% no mesmo período. O índice que mede a concentração de renda alcançou 0.545, o maior patamar da série histórica iniciada em 2012. Para visualizar esse dado, a parcela mais rica da população possui rendimentos 33.8 vezes maiores do que dos 50% de menor rendimento, ou ainda que, 10% da população concentra 43.1% dos rendimentos do país. Outra pesquisa do mesmo Instituto - POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) - reforçou o que o Índice de Gini revelou; apenas 2,7% das famílias acumularam 20% do total da renda entre os anos de 2017 e 2018, enquanto 25% das famílias mais pobres possuíam apenas 5.47% da renda do país.

Mesmo com esse quadro, o atual governo prefere investir em discursos e práticas que privilegiam uma minoria da elite e seus aliados. Nas análises realizadas pelo Inesc sobre orçamento público e sobre a implementação de políticas públicas para a promoção da igualdade racial, e garantia de direitos de indígenas, crianças e adolescentes e mulheres, grupos historicamente excluídos, fica clara essa opção.

“O Brasil está longe de superar as desigualdades históricas de caráter racista oriundas do colonialismo – onde a estrutura de divisão entre as raças era legalizada, organizando todas as relações sociais, principalmente a economia. Prova disso são as estatísticas negativas sobre a população negra em todos os setores: os negros representam 75% no grupo dos 10% mais pobres; os negros têm 2,7 mais chances de morrer por homicídio do que brancos; no mercado de trabalho, os negros ganham menos: 46,9% da população preta ou parda está na informalidade, quando o percentual entre brancos é 33,7%; e o trabalhador branco recebeu, em média, 72,5% a mais do que um profissional preto ou pardo em 2017.”

“Mesmo com essa realidade marcada pelo racismo estrutural, institucional e pessoal, a promoção da igualdade racial sempre contou com poucos recursos, em média 0,08% do orçamento federal distribuído em diversos órgãos, como a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Cultura (MinC), e outros. E além do recurso ser insuficiente, “o público negro e quilombola sofreu um processo de invisibilização nos planejamentos de políticas públicas dos governos, até desaparecer. No Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, 18 programas citavam os públicos negro e quilombola; no PPA 2016-2019, este número caiu para 11 programas. (...) No PPA do governo Bolsonaro (2020-2023), não existe nenhuma menção ao público negro e quilombola ou ao racismo sofrido por eles.”<sup>20</sup>

Situação parecida enfrentam os indígenas, que assim como os quilombolas, estão nas linhas de frente da disputa territorial contra interesses econômicos e, portanto, sob ameaça constante. “O ano de 2019 foi dramático para os povos indígenas no Brasil. As promessas de campanha do então candidato Jair Bolsonaro se confirmaram como prática política, e o governo passou o ano articulando com grupos econômicos a estratégia de tentar abrir terras indígenas à mineração, à construção de hidrelétricas, à exploração de petróleo & gás e ao garimpo.”<sup>21</sup> Além desse ataque aos territórios e ao direito de indígenas às suas terras e territórios, culturas e modos de vida, o governo apostou em um discurso desrespeitoso e muitas vezes insuflando ataques, mas acima de tudo, lutou para dilapidar a Fundação Nacional do Índio (Funai), agência responsável pela proteção e promoção dos direitos indígenas.

A redução no orçamento da Funai e seu desprestígio não se iniciam com Bolsonaro, mas tomam outras proporções em seu governo. Em 2019, o orçamento foi de R\$ 673 milhões, uma queda de 23% em relação ao montante de 2013, de R\$ 870 milhões. Para 2020, a FUNAI tem orçamento autorizado de R\$ 625 milhões, mas pelo teto de gastos imposto pela EC 95/2016, somente parte disso está garantida - R\$ 495.6 milhões, sendo os restantes R\$129.6 milhões sujeitos à aprovação no parlamento. “Considerando que a Funai já é extremamente enxuta e com reduzida capacidade de atuação nos territórios, a perda de orçamento autorizado e a queda dos valores pagos tiveram pesados efeitos na vida dos povos indígenas”<sup>22</sup>. Além disso, com a mudança na forma de realizar o planejamento do governo, várias políticas e ações foram extintas ou invisibilizadas.

“A questão das mulheres é central na atual conjuntura política. Em 2018, principais opositoras à candidatura de Jair Bolsonaro organizaram marchas por todo o Brasil em torno do #EleNão. A motivação era baseada no fato do então deputado federal proferir falas sexistas e racistas em diversos espaços (...). Em 2019, registrou-se um aumento de

---

<sup>19</sup> Inesc, página 136

<sup>20</sup> Inesc, página 137

<sup>21</sup> Idem, página 170

<sup>22</sup> Idem, página 170

7,3% no feminicídio no país em relação a 2018: em São Paulo, os casos aumentaram 44% no primeiro semestre, a maioria dos ataques ocorridos em casa. Agora, a violência doméstica aprofunda-se no cenário de Covid-19, na medida em que as mulheres em isolamento social são obrigadas a estarem confinadas com o agressor.”<sup>23</sup> E não só a violência que afeta as mulheres durante a pandemia, recai sobre elas o cuidado das crianças, idosos e doentes e toda a manutenção da rotina doméstica, sem contar que são as mulheres a maioria das trabalhadoras no sistema de saúde. Há também as mulheres diaristas, trabalhadoras informais, temporárias que ficarão sem renda. São situações estruturais e que não estavam sendo atendidas com políticas públicas antes da crise sanitária.

A Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) com status de ministério foi extinta no governo atual e as políticas para mulheres, idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes e a questão racial estão alocadas em uma secretaria dentro no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos sob o comando de uma pastora neopentecostal. Em 2020, nos “primeiros 4 meses de execução orçamentária, em meio à pandemia do novo coronavírus, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, com orçamento de R\$ 400 milhões de reais, executou somente 0,13% dos recursos autorizados para 2020.”<sup>24</sup> De 2014 a 2019, vimos uma redução de 75% em termos reais no orçamento para mulheres, de R\$ 185 a R\$ 46 milhões. Não há como negar que os números mostram que não há vontade política de avançar os direitos das mulheres, ainda mais em uma área onde o debate é dominado por representantes religiosos conservadores, que não só estão promovendo retrocessos no executivo, mas também no parlamento, tentando aprovar legislações que restrinjam ainda mais os direitos das mulheres.

E para crianças e adolescentes, o cenário é parecido. “O PPA 2020-2023, elaborado pelo governo de Jair Bolsonaro, é a maior demonstração de que os princípios dos direitos humanos de crianças e adolescentes – prioridade absoluta, universalidade, proteção integral e não-discriminação – continuarão sem ser cumpridos nos próximos anos. No texto em que se apresentam os programas e metas de governo, a palavra adolescente não aparece”.<sup>25</sup> No período entre 2012 e 2016, houve uma queda significativa no orçamento alocado, de R\$ 730 milhões em 2012 para cerca de R\$ 55 milhões em 2016, mas ainda havia previsão de ações específicas no Plano Plurianual 2012-15 para “Erradicação do Trabalho Infantil, Promoção da Cultura da Infância e Apoio aos Fóruns de Defesa dos Direitos, entre outras. Em 2019 essas estratégias desaparecem ou entram como Planos Orçamentários de ações mais amplas e com pouco recurso.”<sup>26</sup> Para o ano, foram autorizados R\$ 686,36 milhões, mas o total de despesa paga foi de apenas R\$ 339,04 milhões, menos da metade do total previsto.

Não há narrativa que substitua o olhar sobre os números e o que eles revelam: a falta de comprometimento do governo atual com a defesa de direitos de grupos vulneráveis e com a

---

<sup>23</sup> Inesc, página 155

<sup>24</sup> Idem, página 167

<sup>25</sup> Idem, página 129

<sup>26</sup> Idem, página 112

redução das desigualdades, tanto diante dos compromissos nacionais como dos internacionais incluídos na Agenda 2030 e outros.

- **Reforçar a ação local para acelerar a implementação, incluindo o fortalecimento de cidades, autoridades e comunidades locais e questões relacionadas ao desenvolvimento urbano sustentável, infraestrutura e serviços centrados nas pessoas.**

O foco desse eixo é tratar de medidas para capacitar e apoiar cidades, autoridades locais e comunidades, bem como questões relacionadas ao desenvolvimento urbano sustentável, infraestrutura e serviços centrados nas pessoas. Os ODS que se aproximam dessa discussão são: ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis e ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação.

Em 2019, o governo decidiu extinguir o Ministério das Cidades, que havia sido criado em 2003 com o intuito de articular os debates sobre política urbana e criar marcos legais para que o governo federal e governos locais pudessem avançar em questões de moradia, saneamento ambiental e transporte. “E o que já era problemático, ficou pior em 2019 com o fim do Ministério das Cidades, pulverizando pautas em outros ministérios e secretarias, tirando a centralidade dos municípios e a representatividade dos movimentos de reforma urbana e direito à cidade. Os recursos também se pulverizaram e não há apoio para aperfeiçoamento das gestões, para planejamento urbano, para o transporte coletivo urbano. Temos, ao contrário, assistido aos incentivos para o fim de leis de trânsito que salvaram e salvam vidas.”<sup>27</sup>

Grande parte dos programas voltados aos municípios está dentro da função orçamentária “Urbanismo”, que agrega infraestrutura urbana, serviços urbanos e transporte coletivo urbano. Entre 2015 e 2016, os recursos orçamentários autorizados tiveram queda significativa, sem que o pequeno ganho em 2017 pudesse recompor a perda. E chegamos em 2019 com recursos autorizados 50% menores que em 2012. Como em educação, para a política urbana havia um conselho atuante e representativo e que foi extinto pelo governo Bolsonaro com o já mencionado decreto 9.759/2019. “(...) se com a existência de um órgão centralizador de políticas urbanas, com instâncias de participação fortes e legítimas, como o conselho e a conferência, o direito à cidade já era negligenciado, agora, com desrespeito deliberado aos marcos legais existentes e a desintegração das políticas, certamente estaremos ainda mais distantes da realização desse direito coletivo.”<sup>28</sup>

Para 2020, o orçamento destinado às ações do antigo Ministério das Cidades está cerca de 30% menor que em 2019. Falta de estrutura e de orçamento acabam por penalizar uma área de direitos que é essencial na resposta à pandemia. Garantir assentamentos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis torna-se um desafio quase impossível quando mais de 40% da população<sup>29</sup> vive em assentamentos precários e sem chances de que isso seja

---

<sup>27</sup> Inesc, página 83

<sup>28</sup> Idem, página 88

<sup>29</sup> Indicador 11.1.1, fonte: IBGE, dados do Censo de 2010 <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6585#resultado>



contornado no futuro próximo. “A pandemia vem ressaltar a necessidade de políticas públicas estáveis, de médio e longo prazos, que priorizem as obras de infraestrutura urbana e mobilidade<sup>30</sup> para que se reduzam os tristes níveis de desigualdades existentes em todos os cantos do país, mais explicitamente nas grandes cidades onde vive a maior parte da população.”<sup>31</sup>

Assim como nesse eixo e nos outros expostos, fica claro que somente com recursos e vontade política é possível garantir maior justiça e igualdade. O ODS 17, que perpassa todos outros pela importante missão de criar meios de cumprir esses compromissos acordados, também reforça a mesma certeza trazida pela análise dos outros objetivos: não há, nesse momento, priorização do governo em garantir meios de implementação para essa ou outras agendas de direitos humanos e justiça social. Não há disponibilidade para o diálogo e a cooperação, no plano nacional, mas também no internacional como mostram algumas decisões e posturas na área internacional, principalmente no tocante ao sistema ONU.

## Considerações Finais

*“Apenas uma crise – real ou presumida – produz mudanças. Quando uma crise ocorre, as medidas adotadas dependem das ideias presentes na paisagem política. Esta é a nossa função primordial: desenvolver alternativas às políticas existentes, mantendo-as ao alcance da mão até que o politicamente impossível se torne politicamente inevitável”. Milton Friedman (Capitalismo e Liberdade, 1982)*

*“O futuro será determinado por quem estiver disposto a lutar mais pelas idéias presentes na paisagem política”  
Naomi Klein (Coronavirus Capitalism — and How to Beat It, 2020)*

Caso não haja uma mudança de rumo rápida e contundente, as perspectivas para o mundo pós-COVID-19 são terríveis. A crise sanitária mostrou que as políticas neoliberais não servem para atender emergências, que políticas sociais são essenciais para garantir a vida e a dignidade dos grupos mais vulneráveis e que o olhar isolado para a economia vai apenas reforçar desigualdades e aumentar o fosso entre as classes sociais. No caso do Brasil, sem uma mudança que faça com que o orçamento público seja usado para respeitar, proteger e promover direitos, os impactos da pandemia - somados ao cenário no qual o país se encontra, serão gravíssimos para a população.

Mas as crises também nos colocam diante de encruzilhadas que apresentam oportunidades de mudança que em outros momentos não teríamos abertura, capacidade ou mesmo a coragem de experimentar. Os procedimentos padrão deixam de ter sentido quando o estado das coisas impede que a maioria da população mundial possa ter acesso à uma vida digna. O resgate ao setor privado em detrimento da garantia de direitos para as pessoas não pode ser o parâmetro, como ocorreu em 2008. O despreparo com que o mundo

---

<sup>30</sup> No tocante à mobilidade urbana, uma demanda que vem sendo apontada pelos movimentos sociais há tempos é a busca de formas de financiamento do transporte público urbano que não sejam tarifárias. Inesc realizou um estudo a respeito que está disponível em: <https://www.inesc.org.br/estudomobilidadeurbana/>.

<sup>31</sup> Inesc, página 93

recebeu essa pandemia mostrou que a simples continuidade da exploração do trabalho e dos recursos naturais em nome da saúde do mercado não salvará vidas nem o planeta. Há um outro caminho a seguir em um futuro pós-coronavírus que já está sendo construído e disputado.

*“As crises têm sido importantes em permitir o progresso - criando conjunturas ou momentos de possibilidades; mas uma crise por si só nunca será o suficiente para garantir o sucesso daqueles que lutam contra a desigualdade. A crise de 1929 foi seguida por mudanças progressistas nos EUA, mas abriu as portas para o fascismo no centro da Europa. As crises do petróleo e da dívida externa ajudaram a facilitar o neoliberalismo. A crise financeira de 2008, que deveria ter levado ao ressurgimento de um movimento progressista internacionalmente foi, ao contrário, marcada pela ascensão da extrema direita e pela naturalização de políticas xenófobas. As crises são momentos para tomar proveito, mas não somos os únicos que estamos de olho - os supremacistas e os oligarcas também viram e estão tentando convencer o mundo a aceitar o sofrimento em massa dos mercados.”<sup>32</sup>*

Com a sociedade civil fora das ruas, com os espaços de participação e controle social limitados, com as cartas brancas legislativas que os governos estão se dando<sup>33</sup>, a batalha por um futuro centrado nas pessoas e não nos interesses de grupos econômicos, parece quase impossível de ser ganha. Mas não é. A pandemia está criando um maior entendimento de que garantir direitos humanos e preparar governos e sociedades para emergências cada vez mais presentes, como os desastres ambientais, se não é a única resposta possível, é a melhor delas. Inclusive porque é a única que possibilita que se alcancem as metas previstas nos ODS e outras agendas multilaterais de promoção de igualdade e justiça.

Uma pesquisa global<sup>34</sup> mostra que para 71% das pessoas, a longo prazo, a crise climática é tão séria quanto a crise sanitária atual; 68% das pessoas concordam que seus governos estão falhando em impedir as mudanças climáticas, 65% dos consultados/as apoiam que a reconstrução econômica advinda da crise do COVID-19 seja feita de forma verde e que 57% afirmaram que poderiam não votar em um partido político que não apoiasse políticas sérias contra a crise climática.

Há décadas os ambientalistas nos convocam a modificar nossos modos de produção e consumo como resposta à emergência climática. Algo que nunca pareceu realista, foi colocado à prova por força das circunstâncias. “A primeira lição do coronavírus é também a mais espantosa. De fato, ficou provado que é possível, em questão de semanas, suspender,

---

<sup>32</sup> Phillips, Ben (2020). You are not being bold enough. <https://www.globaldashboard.org/2020/03/25/youre-not-being-bold-enough/> (acesso em 5 de maio de 2020)

<sup>33</sup> Há uma série de legislações autoritárias e/ou que colocam direitos civis e políticos em risco sendo aprovadas. O ICNL está monitorando essas leis no mundo todo, inclusive no Brasil, e disponibilizando em uma ferramenta online: COVID 19 Civic Freedom Tracker, disponível em: <https://www.icnl.org/covid19tracker/>

<sup>34</sup> Fonte: <https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2020-04/earth-day-2020-ipsos.pdf>

em todo o mundo e ao mesmo tempo, um sistema econômico que até agora nos diziam ser impossível desacelerar ou redirecionar. A todos os argumentos apresentados pelos ecologistas sobre a necessidade de alterarmos nosso modo de vida, sempre se opunha o argumento da força irreversível do ‘trem do progresso’, que nada era capaz de tirar dos trilhos, ‘em virtude’, dizia-se, da ‘globalização’.”<sup>35</sup> Descobrimos “que aqueles que afirmavam ser impossível parar de produzir, reduzir o número de voos, aumentar os investimentos dos governos e mudar radicalmente os hábitos apenas mentiam. O mundo mudou em menos de três meses em nome da vida. É também em nome da vida que precisamos manter as boas práticas que surgiram deste período e pressionar como nunca antes por outro tipo de sociedade, tecida com outros fios.”<sup>36</sup>

São as práticas de [apoio mútuo](#) dos grupos anarquistas que foram adotadas pelas lideranças comunitárias e pessoas comuns organizando grupos em bairros para que vizinhos se ajudem. Ou a [greve de locatários](#), que mudou de escala com a crise sanitária quando cada vez mais famílias têm que optar por se alimentar ao invés de pagar aluguel. Os programas de [rádios comunitárias](#) elevando as demandas das mulheres e as muitas iniciativas [capitaneadas por mulheres](#). A [manutenção de campanhas](#) e o reconhecimento de que [medidas de austeridade](#) precisam ser [revogadas](#) com urgência, como o teto de gastos no Brasil, a fim de capacitar os Estados para responder à pandemia de forma adequada. E também o reforço a teorias econômicas alternativas como a [Teoria Monetária Moderna](#) que defende que Estados podem criar moeda física ou eletrônica nacional sem limites, e que a inflação só ocorreria se ultrapassados limites impostos pela finitude dos recursos naturais e da força de trabalho disponível.

Muitas dessas boas práticas que estão se desenvolvendo nesse tempo de crises são calcadas nas elaborações feministas, que possuem uma longa trajetória de resistência ao racismo, colonialismo e antropocentrismo e de promoção da solidariedade como valor primordial da vida. Em um momento histórico em que o trabalho das mulheres - remunerado e não-remunerado - está em tanta evidência, é inaceitável que o amanhã seja decidido pelos mesmos homens brancos sentados em centros de poder, em seus altos cargos políticos ou corporativos. Não se pode fechar os olhos para o fato de que as mulheres são a maioria dos que estão nas linhas de frente no controle da enfermidade: na esfera pública por serem a maioria esmagadora dos profissionais de saúde, e na esfera privada, através do trabalho doméstico - remunerado ou não, e pelo fato de que são quem sofrem de forma mais aguda as mudanças impostas pela COVID-19 ao cotidiano.

Resgatar a economia nos moldes da crise de 2008 é uma opção que está na mesa, mas agora desvelada como opção intencional e não como a única saída possível. O próprio FMI passou a reconhecer que as medidas de austeridade não surtiram efeito na recuperação das economias e muito menos ajudaram os países a se preparar para a pandemia. A Cepal, em seu último informe sobre a situação do novo coronavírus na América Latina e Caribe,

---

<sup>35</sup> Latour, Bruno. imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise. 29 de março de 2020. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/008-1>.

<sup>36</sup> Brum, Eliane. O futuro pós-coronavírus já está em disputa. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-04-08/o-futuro-pos-coronavirus-ja-esta-em-disputa.html>

propôs a implantação de programas de [renda básica emergencial](#) durante seis meses a toda a população em situação de pobreza da região. Nem mesmo as tradicionais publicações de defesa dos ajustes fiscais como The Economist e Financial Times tem tido o atrevimento de defender cortes de gastos nesse momento.

É justamente em meio à crise que a disputa pela garantia de direitos humanos e justiça social tem que se fazer presente, em narrativas e ações. Monitorar as respostas que estão sendo colocadas em prática pelos Estados e [propor futuros](#) não é um luxo e nem requer que estejamos em um ciclo de prosperidade e/ou de clareza. Ideias que até pouco tempo eram consideradas radicais e inconcebíveis estão sendo apontadas como os únicos meios possíveis de sairmos dessa crise. O debate por busca de soluções vai permitir que as vulnerabilidades estruturais de nossas sociedades se mostrem e com isso, fique clara a necessidade de uma mudança sistêmica, enterrando de vez os ditames neoliberais para liberar espaço e energia para que possamos alcançar outros modos de vida. Diante da encruzilhada em que estamos, transportados por essa crise, a única pergunta que importa responder é: Como vamos fazer a transição para uma economia que esteja centrada no cuidado com as pessoas e com o planeta?

## Anexo 1

### Revisão Temática dos ODS proposta para o HLPF de 2020

<b>Eixo para revisão dos ODS em 2020</b>	<b>ODS relacionadas</b>
Promoção do bem-estar humano, particularmente o fim da pobreza	ODS 1 - Erradicação da Pobreza ODS 4 - Educação de Qualidade ODS 6 - Água Potável e Saneamento ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação
Acabar com a fome e alcançar a segurança alimentar para todos(as)	ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável ODS 3 - Saúde e Bem-estar ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação
Protegendo o planeta e construindo resiliência	ODS 12 - Consumo e Produção Sustentáveis ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima ODS 14 - Vida na Água ODS 15 - Vida Terrestre ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação
Garantir o acesso à energia sustentável	ODS 7 - Energia Acessível e Limpa ODS 12 - Consumo e Produção Sustentáveis ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação
Compartilhar benefícios econômicos, particularmente abordando a desigualdade dentro e entre países, dissociando o crescimento da degradação ambiental e alcançando o desenvolvimento sustentável para as gerações futuras	ODS 5 - Igualdade de Gênero ODS 7 - Energia Acessível e Limpa ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico ODS 10 - Redução das Desigualdades ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação
Reforçar a ação local para acelerar a implementação, incluindo o fortalecimento de cidades, autoridades e comunidades locais e questões relacionadas ao desenvolvimento urbano sustentável, infraestrutura e serviços centrados nas pessoas	ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação

fonte: [https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/25767Concept note HLPF 2020.pdf](https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/25767Concept%20note%20HLPF%202020.pdf)

## Referências

- Anumo, Felogene. Unchecked corporate power paved the way for COVID-19, and globally, women are at the frontlines. 23 de março de 2020. Disponível em: <https://www.awid.org/news-and-analysis/unchecked-corporate-power-paved-way-covid-19-and-globally-women-are-frontlines> (acesso em 13 de maio de 2020).
- Beghin, N & Gerbasi, L. A covid-19 e a Emenda 95 - Estado de São Paulo, 29 de abril de 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/a-covid-19-e-a-emenda-95/> (acesso em 29 de abril de 2020)
- Brum, Eliane. O futuro pós-coronavírus já está em disputa. El Pais Brasil, 8 de abril de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-04-08/o-futuro-pos-coronavirus-ja-esta-em-disputa.html> (acesso em 12 de maio de 2020).
- Eclac. El desafío social en tiempos del COVID-19. maio de 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45527-desafio-social-tiempos-covid-19> (acesso em 12 de maio de 2020).
- Inesc - Instituto de Estudos Socioeconômicos. O Brasil com Baixa Imunidade - Balanço do Orçamento Geral da União 2019. Brasília, abril de 2020. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/obrasilcombaixaimunidade/> (acesso em 29 de abril de 2020).
- International Labour Organization (ILO). ILO Monitor: COVID-19 and the world of work. Third edition. 29 de abril de 2020. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms\\_743146.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_743146.pdf) (acesso em 3 de maio de 2020)
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Cadernos ODS. Brasília: Ipea, 2019-20. Disponíveis em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34776](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34776) (acesso em 4 de maio de 2020).
- JASS - Just Associates. Collective Power in the time of a pandemic. maio de 2020. Disponível em: <https://www.justassociates.org/en/collective-power-time-pandemic> (acesso em 12 de maio de 2020).
- Klein, Naomi. Coronavirus Capitalism — and How to Beat It. The Intercept. 16 de março de 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/03/16/coronavirus-capitalism/> (acesso em 12 de maio de 2020).
- Kundnani, Arun. From Fanon to ventilators: fighting for our right to breathe. Roar Magazine, 6 de maio de 2020. Disponível em: <https://roarmag.org/essays/from-fanon-to-ventilators-fighting-for-our-right-to-breathe/> (acesso em 13 de maio de 2020)
- Latour, Bruno. imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise. 29 de março de 2020. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/008-1> (acesso em 13 de maio de 2020).
- Martins, Antonio. Dinheiro do mundo, nova classe e como vencê-la. Outras Palavras, 8 de maio de 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/o-dinheiro-do-mundo-a-nova-classe-e-como-vence-la/> (acesso em 12 de maio de 2020).

Oxfam International. Dignity not Destitution, abril de 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/research/dignity-not-destitution> (acesso em 11 de maio de 2020).

Phillips, Ben. You're Not Being Bold Enough. 25 de março de 2020. Disponível em: <https://www.globaldashboard.org/2020/03/25/youre-not-being-bold-enough/> (acesso em 4 de maio de 2020).

Rodriguez, G & Oliveira, T. Para superar a pandemia, uma economia do cuidado. 29 de abril de 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/para-superar-a-pandemia-uma-economia-do-cuidado/> (acesso em 13 de maio de 2020).

United Nations. General Assembly resolution 74/270, Global solidarity to fight the coronavirus disease 2019 (COVID-19), A/RES/74/270 (02 April 2020), Disponível em: <https://undocs.org/en/A/RES/74/270> (acesso em 5 de maio de 2020)

United Nations. The Sustainable Development Goals Report 2019. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2019/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2019.pdf> (acesso em 4 de maio de 2020).

WIDE+. COVID-19 Crisis from a feminist perspective: overview of different articles published. Disponível em: <https://wideplus.org/2020/03/26/covid-19-crisis-from-a-feminist-perspective-overview-of-different-articles-published/> (acesso em 13 de maio de 2020).